
A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA

LA FRONTIÈRE FRANCO-BRÉSILIENNE ET SES IMPLICATIONS DANS LA
MISE EN ŒUVRE DES POLITIQUES PUBLIQUES DE SÉCURITÉ

THE FRANCO-BRAZILIAN BORDER AND ITS IMPLICATIONS IN THE
IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES ON SECURITY

Alex de Lima Santos¹

<http://lattes.cnpq.br/1754282763342936>

<https://orcid.org/0000-0002-2872-9448>

Alex Lorran Silva Santos²

<http://lattes.cnpq.br/1496184932999622>

<https://orcid.org/0000-0001-5519-1762>

Recebido em: 7 de setembro de 2020

Aprovado em: 1 de março de 2021

RESUMO: O presente estudo visa analisar a efetividade das políticas públicas de segurança e defesa social para fronteira Franco-brasileira, levando em consideração os programas institucionais voltados para essa área. O estudo está estruturado em três seções, em que na primeira, são abordados aspectos relacionados a compreensão da dinâmica do espaço geográfico relacionado a área de fronteira e as políticas públicas em segurança, na segunda se analisa as estratégias e políticas adotadas pelo governo federal brasileiro e na terceira busca-se identificar os principais fatores que contribuem para o aumento da criminalidade no município de Oiapoque. Os resultados preliminares apontam que existe uma grande distância entre o cotidiano desse ente fronteiriço e o planejado nos gabinetes ministeriais. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico e trabalho de campo como suporte metodológico.

Palavras-chave: Fronteira. Espaço Geográfico. Segurança Pública. Políticas Públicas.

RÉSUMÉ. La présente étude vise à analyser l'efficacité des politiques de sécurité publique et de défense sociale pour la frontière franco-brésilienne, en prenant en compte les programmes institutionnels visant ce domaine. L'étude est structurée en trois sections, dans lesquelles dans la première, les aspects liés à la compréhension de la dynamique de l'espace géographique liée à la zone frontalière et aux politiques de sécurité publique sont abordés, dans la seconde, les stratégies et politiques adoptées par le Brésilien. gouvernement fédéral et le troisième cherche à identifier les principaux facteurs qui contribuent à l'augmentation de la criminalité dans la commune d'Oiapoque. Les premiers résultats in-

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia (UNIFAP). Bacharel em Direito (ESTÁCIO). Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública (FATECH). Especializando em Geografia Humana e Econômica (UNINTER). Policial Militar no Estado do Amapá. E-mail: alex28cas@hotmail.com.

² Bacharel em Direito (Faculdade FAMA). Acadêmico de Geografia (UNIFAP). E-mail: alex28cas2005@gmail.com.

diquent qu'il existe une grande distance entre la vie quotidienne de cette entité frontalière et celle prévue dans les cabinets ministériels. Pour cela, une enquête bibliographique et un travail de terrain ont été menés comme support méthodologique.

Mots-clés: Frontière. Espace géographique. Sécurité publique. Politique publique.

ABSTRACT: The present study aims to analyze the effectiveness of public security and social defense policies for the Franco-Brazilian frontier, taking into account the institutional programs aimed at this area. The study is structured in three sections, in which in the first, aspects related to the understanding of the dynamics of the geographical space related to the border area and public policies in security are addressed, in the second, the strategies and policies adopted by the Brazilian federal government and the third seeks to identify the main factors that contribute to the increase in crime in the municipality of Oiapoque. The preliminary results indicate that there is a great distance between the daily life of this frontier entity and that planned in the ministerial offices. To this end, a bibliographic survey and fieldwork were carried out as methodological support.

Keywords: Frontier. Geographic space. Public security. Public policy

1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais no mundo globalizado passaram por diversas transformações ao longo da história, são produtoras de espaços urbanizados e territorialidades atribuindo-lhes novos usos. Compreender esses usos em regiões fronteiriças não é tarefa fácil, envolve entender as práticas sociais e culturas diversas do lugar, que devem ser respeitadas amplamente. Nesse sentido, o espaço fronteiriço é questão central para o debate relacionado às políticas públicas, principalmente quando se dá enfoque à políticas de segurança pública.

Pois no mundo globalizado com o surgimento de novas tecnologias, a relação espaço/tempo se modificou, fazendo com que a criminalidade tenha se modernizado, aperfeiçoando seus métodos e sua forma de agir, buscando ampliar sua atuação em práticas criminosas para dificultar a atuação das instituições públicas, principalmente em áreas de fronteira que são consideradas vulneráveis devido sua dinâmica própria.

Nesse sentido, foram instituídos pelo governo federal alguns programas direcionados para prevenir e fortalecer o combate aos crimes transfronteiriços. Exemplo disso é o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), instituído pelo Decreto nº 8.903/16 e que será debatido ao longo deste trabalho.

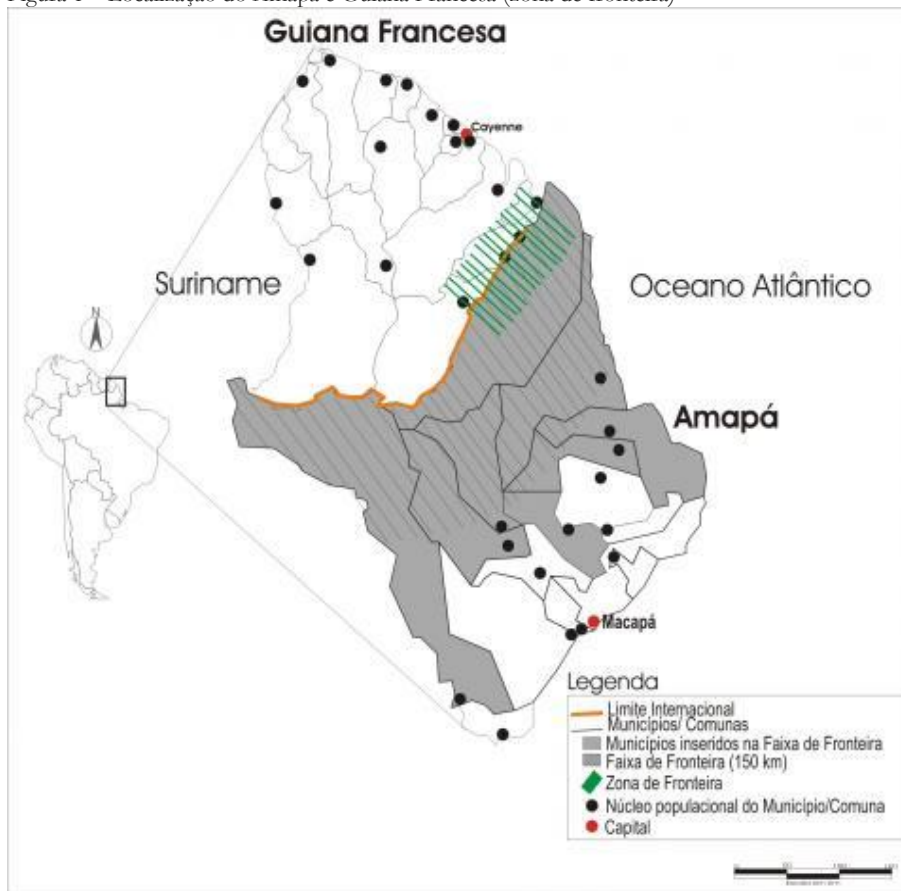
Assim, durante a discussão serão explorados aspectos conceituais e analíticos sobre as fronteiras territoriais e as políticas públicas em segurança, enfocando sempre a fronteira Franco-brasileira como palco de múltiplas relações e espaço-problema, em que o Estado brasileiro faz intervenções a partir de mecanismos de controle e cooperação.

2 CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA

A fronteira Franco-brasileira tem uma extensão é de 730,4 km, em que 427,2 km são compostas por rios e 303,2 km por divisor de águas, é a segunda menor fronteira terrestre do

território brasileiro³. Na figura abaixo se observa a localização da fronteira Franco-brasileira.

Figura 1 – Localização do Amapá e Guiana Francesa (zona de fronteira)



Créditos: Org. SILVA, G.V.

Fonte: (SILVA e RÜCKERT, 2009).

2.1 A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Estado brasileiro possui vários instrumentos institucionais que visam implementar ações que reduzam os diversos problemas enfrentados por suas unidades federativas com intuito de promover o desenvolvimento regional. No entanto, essas ações se tornam complexas, visto que o Brasil é um país com dimensões continentais e possui uma extensa faixa de fronteira com 15.719 km, abrangendo 588 municípios em 11 estados da federação. Entre esses municípios, encontra-se o Oiapoque no estado do Amapá que faz fronteira com a cidade de Saint-Georges na Guiana Francesa, cidades estas que são consideradas cidades-gêmeas devido seu potencial de integração. Além disso, a fronteira franco-brasileira tem uma grande importância simbólica e estratégica, devido às alianças político-comerciais entre União Europeia e o Mercosul.

Segundo Silva, Granger e Tourneau (2019, p.2), nas últimas décadas o valor simbólico dessa fronteira também cresceu, o estado do Amapá, passou a ser visto não só como uma unidade federativa, mas é também como um lugar onde se encontram as duas das maiores alianças

³ <http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil.pdf>

político-comerciais do mundo, a União Europeia e a Unasul/Mercosul. Essa nova configuração tende a alinhar diversos acordos comerciais entre os blocos, embora a efetividade de tudo esteja apenas no plano da *psicosfera*⁴ e sua materialidade precise de um significativo detalhamento e aprovação do congresso nacional brasileiro e do parlamento da União Europeia.

Além das questões de alianças políticas e econômicas, outra situação relevante na fronteira Franco-brasileira, é o seu potencial mineral, pois é uma região que tem o solo rico em minério de ouro, e essa peculiaridade torna a região produtora de processos migratórios. Nesse sentido, se torna um espaço problemático, devido à ausência efetiva do Estado, principalmente pelo fato dessa faixa de fronteira ser um espaço periférico longe do centro das decisões, situação essa, que dificulta ainda mais a implementação de políticas públicas. Implicando assim, no controle migratório, visto que as forças de segurança pública não dispõem de estrutura necessária para tal feito. Segundo o ministério da justiça a criminalidade aumentou consideravelmente com o crescimento das atividades de garimpagem no lado francês.

A questão da imigração irregular brasileira na Guiana francesa tornou-se um problema agudo neste período, quando houve um crescimento explosivo da garimpagem no interior do departamento francês, quase completamente realizado por brasileiros. A chegada e a ampliação significativa de garimpeiros na bacia do Rio Oiapoque, aumentou progressivamente a atividade naquela região, bem como propiciou o aparecimento de um novo núcleo populacional próximo de Oiapoque. (BRASIL, 2016).

E devido as situações como essa, o governo brasileiro em 2011, surge com o Plano Estratégico de Fronteiras aprovado pelo Decreto nº 7496/2011, que nasceu da necessidade de o Brasil ter maior controle nos 15.719 km de extensão da faixa fronteira brasileira, em que o plano visou também, integrar os Ministérios da Justiça, Fazenda e Defesa, com o objetivo de prevenir e reprimir os delitos transfronteiriços.

Nesse sentido, o Plano Estratégico de Fronteiras foi positivo, pois veio com intuito de fortalecer o principal ponto fraco do Brasil em relação aos crimes transfronteiriços, que é a ineficiência na fiscalização de suas fronteiras terrestres e fluviais. Pois a presença das forças públicas de segurança dos Estados e do governo federal nos pontos de entrada e de saída do país ajudam a combater diversas atividades criminosas.

A circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias tem sido uma das principais preocupações dos governos e objeto de políticas públicas em várias partes do mundo. Com base na experiência de outros países, evidenciou-se a impossibilidade de controle absoluto e permanente dos fluxos de passagens internacionais, mesmo em pequenas áreas de fronteira. (BRASIL, 2016).

Portanto, as ações de combate aos crimes transnacionais têm que ser pontuais e em cooperação mútua a partir de seus diversos atores institucionais. Assim, se torna fundamental a implementação de políticas públicas conjugadas com outras áreas, seja na área da saúde, educação, assistência social, trabalho entre outras. Pois as fronteiras são espaços de múltiplas relações e que induzem a diversas territorialidades, principalmente do crime.

⁴ Para Milton Santos a *psicosfera* seria o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...], fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 1999, p. 204)

(...) a integração física do Brasil como questão central do interesse nacional e ao combate às atividades ilícitas, atribui às suas fronteiras um novo papel estratégico. Reativam-se, assim, as fronteiras por esse duplo processo, tornando as relações transfronteiriças um tema prioritário das relações internacionais. A definição e papel das fronteiras parecem estar mudando em escala mundial, acompanhando assim o processo de relativização multiforme do Estado em relação a elas. Em função da evolução das redes geográficas, sobretudo as redes técnicas, principalmente através dos transportes e das telecomunicações, conforme nos apresenta. Parrochia (1993), está ocorrendo maior comunicação e trocas, sobretudo comerciais, entre países pelo espaço mundial, o que gera uma mutação das funções da fronteira para estas áreas que possuem interesses convergentes no que diz respeito à criação de dispositivos que favoreçam a aproximação física. (SILVA e RÜCKERT, 2009, p.5)

Antes de aprofundar a discussão, torna-se necessário a definição de zona de fronteira e faixa de fronteira, pois as mesmas se distinguem de acordo com a abrangência de cada uma. Assim, torna-se necessário buscar a constituição brasileira em seu artigo 20, parágrafo 2º: que define;

“Art. 20. São bens da União:

§ 2º - A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”.

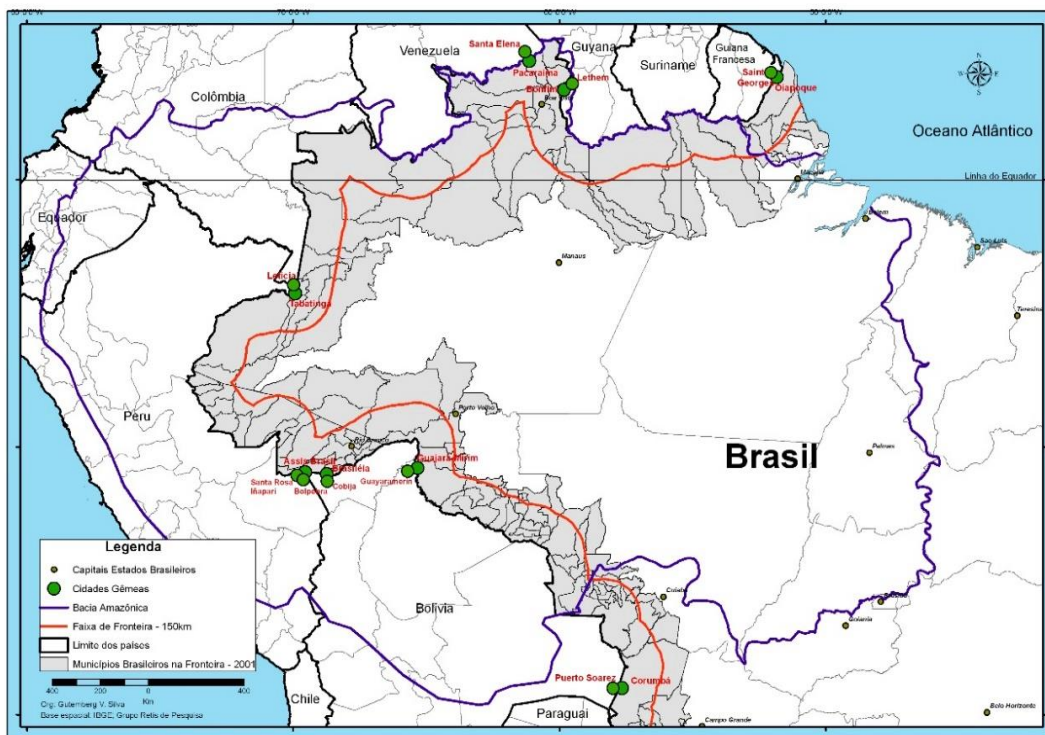
Observa-se que a **faixa de fronteira**⁵ se refere a uma área convencionada e estabelecida por normas do direito internacional, leis e constituições dos países envolvidos. E a **zona de fronteira**, segundo Machado, et al, (2005)⁶ é a extensão que envolve a soma territorial de duas faixas de fronteira adjacentes. Ou seja, a zona de fronteira é mais ampla, pois envolve a soma da faixa de fronteira do país A com o país B.

No caso do Brasil a faixa de fronteira representa 27% do território brasileiro, conforme ilustrado na figura na figura abaixo.

⁵ A **faixa de fronteira** pode ser entendida como uma realidade concreta. Não há subjetividade neste conceito, pois se refere a uma área convencionada estabelecida por países ou outras formas de organização política segundo as normas do direito internacional, leis e constituições dos envolvidos (ABINZANO, 2005).

⁶ MACHADO, L; HAESBAERT, R; RIBEIRO, L. P; STEIMAN, R; PEITER, P; NOVAES, A. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T, C, M (org). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

Figura 2: Fronteira brasileira e cidades gêmeas



Créditos: Org: SILVA, G.V.

Fonte: (SILVA e RÜCKERT, 2009).

As políticas públicas voltadas às fronteiras internacionais envolvem diversos aspectos e interesses, que vão desde suas legislações até os diversos elementos que constituem o espaço geográfico, fazendo com que as cidades fronteiriças tenham uma dinâmica própria, tanto do ponto de vista político, de circulação de pessoas e do ponto de vista econômico.

O impacto que têm essas circulações de lado a lado depende das características do país vizinho, da região onde se localiza o espaço analisado, das particularidades de cada limite – fluvial ou terrestre, com ponte ou sem ponte, conectada via rodovias ou por caminhos locais, etc. –, da história de interações que constitui cada região e das formas em que essas circulações estão organizadas. (BRASIL, 2016, p.24).

As cidades fronteiriças apresentam grande potencial de integração política, econômica, social e cultural, bem como problemas próprios, que só podem ser resolvidos se forem levadas em consideração as territorialidades criadas naquele ambiente, considerando todas as peculiaridades locais, inclusive os acordos tácitos entre as autoridades dos países fronteiriços, principalmente nas fronteiras localizadas na Amazônia em que muitas vezes apresentam os rios como a linha divisória de cidades gêmeas que;

apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. Aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira” (MACHADO, 2005, p. 260-261).

Para Machado (2005, p. 12), uma considerável parte das regiões de fronteira encontra-se isoladas de seus respectivos Estados e dos seus centros nacionais, seja pela ausência de redes de comunicação e de transporte ou pela relevância política e econômica de cada região fronteiriça. No entanto, as regiões de fronteira estão também formalmente isoladas dos Estados vizinhos pelo papel disjuntor dos limites políticos.

Assim, ao se falar em políticas públicas de segurança em área de fronteira, as mesmas não podem ser criadas de fora para dentro, mas sim a partir das peculiaridades, práticas e vivências locais, considerando toda a rede de relações criadas.

Outro aspecto também que merece ser destacado é a integração de órgãos de fiscalização, pois a cooperação deve ocorrer tanto em relação a recursos humanos, quanto a logística de inteligência, equipamentos modernos e tipos normativos. Pois de forma geral as políticas governamentais para a zona de fronteira se caracterizam por serem dispersas, descontínuas. Pois cada governo age para atender interesses específicos de determinados segmentos sob um discurso simulado de política pública. No caso da segurança pública a integração dos órgãos de fiscalização deve ser contínua e integrativa.

Na figura abaixo se observa uma operação integrada por agentes públicos de diversas instituições no posto de fiscalização na faixa de fronteira do município de Oiapoque no Estado do Amapá.

Foto 1: Centro de Comando no Município de Oiapoque-AP



Fonte: SEJUSP Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá (2018).

A integração entre órgãos de fiscalização e de segurança pública é uma temática de alta relevância no atual cenário político-institucional. Pois o compartilhamento de estrutura física e recursos humanos otimiza o resultado das ações e a aplicabilidade de recursos públicos aproximando as instituições permitindo o fluxo regular de informações e evita ações desnecessárias.

No caso da fronteira franco-brasileira, a ponte binacional sobre o rio Oiapoque, que liga a cidade Oiapoque-AP a cidade de Saint Georges na Guiana Francesa é uma área de fluxo e ao mesmo tempo um mecanismo de controle. A obra foi concluída no ano de 2011 e até recen-

temente encontrava entraves para seu pleno funcionamento, pois só foi aberta em março de 2017 e ainda com várias restrições, por exemplo o horário para travessia foi estipulado das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta-feira; aos sábados somente pela manhã e não funciona aos domingos e feriados, somente em 2019, passou a funcionar em horário ininterrupto, das 8h às 18h, durante todos os dias da semana para o fluxo de cargas e circulação de pessoas. Além do fato dos brasileiros precisarem de passaporte para acessar o território francês ainda são obrigados a pagar um seguro de veículo.

Segundo o governo do estado do Amapá⁷, a zona de fronteira Franco-brasileira possui uma população estimada em 32 mil habitantes, sendo 26,6 mil pessoas só no município de Oiapoque-AP, e em torno 3 mil em Saint Georges na Guiana Francesa. A ponte Binacional hoje é o principal elo entre o Estado brasileiro e o Estado francês, que dinamiza o comércio internacional se levarmos em consideração a relação entre a União Europeia e o Mercosul. Dessa maneira, verifica-se que com,

a abertura da ponte, o esquema de circulação na bacia do Oiapoque mudou bastante e apareceu um sistema dual e assimétrico. A ponte passou a capturar a circulação formal, mas com uma imposição reforçada das normas da França continental, num movimento de afirmação maior da escala nacional no contexto local. Habitantes da Guiana Francesa, sobretudo de Caiena e Kourou, usam a ponte para se deslocarem até o Oiapoque no intuito de fazer compras. Apesar do preço elevado das mercadorias em relação a outras regiões do Brasil por causa do frete até de Macapá até a fronteira, a valorização do Euro em relação ao Real (ao menos R\$ 4,30 para € 1,00 hoje) e os altos salários da Guiana Francesa em relação ao Brasil, tornam muito alto o poder de compra desses visitantes. (SILVA, GRANGER e TOURNEAU, 2019, p.10).

Assim, observa-se que a ponte Binacional serve não apenas para mobilidade de pessoas, mas para um comércio internacional de mercadorias, seja mercadoria lícita ou ilícita. Pois com essa ligação física entre o Brasil e o território francês surge mais uma rota de tráfico, seja de pessoas, de armas ou drogas, que antes acontecia predominantemente na região através do rio Oiapoque. Na foto abaixo pode-se verificar o fluxo de veículos de passeio e de carga na ponte binacional.

⁷ <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/3006/amapa-deflagra-operacao-esforco-integrado-na-fronteira-de-oiapoque>. Acesso em 26 de ago. de 2020.

Foto 2: Ponte Binacional



Fonte: Divulgação/Préfecture de la Guyane

A partir do que foi exposto acima passaremos a analisar o Programa de Proteção Integrado de Fronteiras (PPIF), que é um programa de governança federal que visa promover a integração entre órgãos de segurança pública dos entes federativos e países vizinhos na prevenção e no combate aos crimes transfronteiriços.

2.2 O PPIF E A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

O PPIF possui como objetivo geral promover a integração entre órgãos de segurança pública na prevenção e no combate aos crimes em área de fronteira e se materializa a partir de quatro objetivos específicos. Vejamos;

- I - Integrar e articular ações de segurança pública, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima;
- II - Integrar e articular com países vizinhos as ações previstas no inciso I;
- III - Aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços; e
- IV - Buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF.

Com essas ações o governo federal espera que o P.P.I.F. reduza a ocorrência de delitos transfronteiriços como contrabando, tráfico de armas, tráfico de pessoas e tráfico de recursos naturais, narcotráfico e mineração ilegal, diminuindo os índices de criminalidade e aumentando a sensação de segurança da população que vive em áreas fronteiriças.

No entanto, vale observar, que não adianta o governo federal implementar uma política pública ou um programa de governo de forma isolada, sem levar em consideração o contexto macro da região, identificando todas as suas problemáticas e mazelas. Pois há uma diversidade de conflitos que aparentemente são vistos como sociais, entre eles estão a falta de moradia, desemprego, precariedade na educação entre outros, que devem ser levados em consideração

pelo estado brasileiro e estar inseridos em um planejamento macro de desenvolvimento regional.

Trazendo esse debate de forma mais pontual para fronteira franco-brasileira, o PPIF como estratégia de governo para prevenir e reprimir práticas criminosas se mostra muito distante da realidade tucuju, visto que na fronteira franco-brasileira os crimes de tráfico de drogas, armas, munição e o contrabando, não são tão impactantes, pois, o maior problema, e de natureza social, pois todos esses crimes são ocasionados em virtude da pobreza, desemprego entre outras mazelas.

A situação de fronteira no Amapá só tem reflexo particularmente em Oiapoque. A fronteira não impacta os outros municípios. A fala que revela que a fronteira do Oiapoque é a única que o Brasil pode “dar as costas” sem que isso acarrete grandes problemas, emitida por um dos entrevistados, parece sintetizar bem a situação dos ilícitos fronteiriços a afetar a região, já que o tráfico de armas é pequeno e o de drogas é praticamente insignificante, circulando apenas para o consumo local. Mas nessa mesma fala e em muitas outras, a ênfase é dada ao enorme problema, de natureza social, existente na região, que faz com que a atividade de mineração ilegal seja essencial para a economia local. Não apenas a falta de alternativas econômicas e a ausência de projetos sociais caracterizaram a região, mas também a falta de informação, a prevalência de uma cultura do Brasil profundo muitas vezes em conflito com a cultura do país vizinho e também com um Brasil que quer se modernizar, inclusive em relação a suas forças de segurança. (BRASIL, 2016, p.44)

Nesse sentido, observa-se que não se pode implementar uma política pública única para regiões fronteiriças com características diferentes, devido às práticas criminosas também serem diferentes. Pois as características de cada parte da faixa de fronteira brasileira, seja no arco norte, arco central e arco sul, variam de acordo a peculiaridade regional. Visto que a cultura é diferente, as características naturais e ambientais são diferentes, o nível de desenvolvimento econômico é diferente. Por exemplo no município de Oiapoque, o garimpo ilegal, é a atividade criminosa que mais tem atraído pessoas para a região. Nas últimas décadas a população do município de Oiapoque tem crescido consideravelmente, pois a mineração atraiu para o local milhares de pessoas com intuito de fazer fortuna.

Desde o período colonial, a mineração do ouro e outros minérios foram explorados em surtos de curta ou de longa duração, constituindo a principal atividade econômica do Amapá e desempenhando um importante papel em seu desenvolvimento. Por esta razão a mineração ilegal é o principal eixo dos problemas de segurança pública no Estado, assim como todas as outras ilegalidades a ela associadas: homicídio, contrabando de ouro, agressão ao meio ambiente, tráfico de pessoas, prostituição, exploração sexual, circulação de drogas e armas. Estes são os delitos que caracterizam, por exemplo, a criminalidade na fronteira internacional do Amapá, em Oiapoque, no extremo norte do Brasil. (BRASIL, 2016, p.43;45)

Atualmente, a maioria dos habitantes são oriundos de outros estados da federação, sendo a maioria de estados das regiões norte e nordeste. Outra presença que se observa na cidade é de indígenas das aldeias próximas.

Assim, para se fazer um diagnóstico da criminalidade presente na zona de fronteira franco-brasileira tem que se levar em consideração a atividade ilegal de garimpo na região, que é de grande relevância para a economia local, visto que muitos garimpeiros acabam se fixando no

município de Oiapoque, devido esta atividade gerar empregos e oportunidades para muitos, mesmo que de forma ilícita.

Os garimpos clandestinos provocam diversas situações ilegais na Guiana Francesa que dão origem a outros crimes como roubos, homicídios, lesões corporais. Em pesquisa de campo na área em estudo em conversa informal com alguns garimpeiros e policiais locais, percebe-se que a maioria das pessoas que praticam as atividades de garimpo ilegal no lado francês são trabalhadores recrutados por comerciantes e empresários locais que financiam a atividade garimpeira na região, são pessoas de alto poder aquisitivo que usam os garimpeiros e não são afetados pelas operações policiais de repressão aos garimpos ilegais.

Assim, prevalece o entendimento de que os garimpeiros são apenas a parte mais vulnerável da mineração ilegal e os verdadeiros criminosos que financiam a atividade permanecem sem sofrer as sanções legais. Enquanto não se atuar de forma adequada no combate a essa prática criminosa, essa atividade continuará causando problemas sociais e econômicos na região.

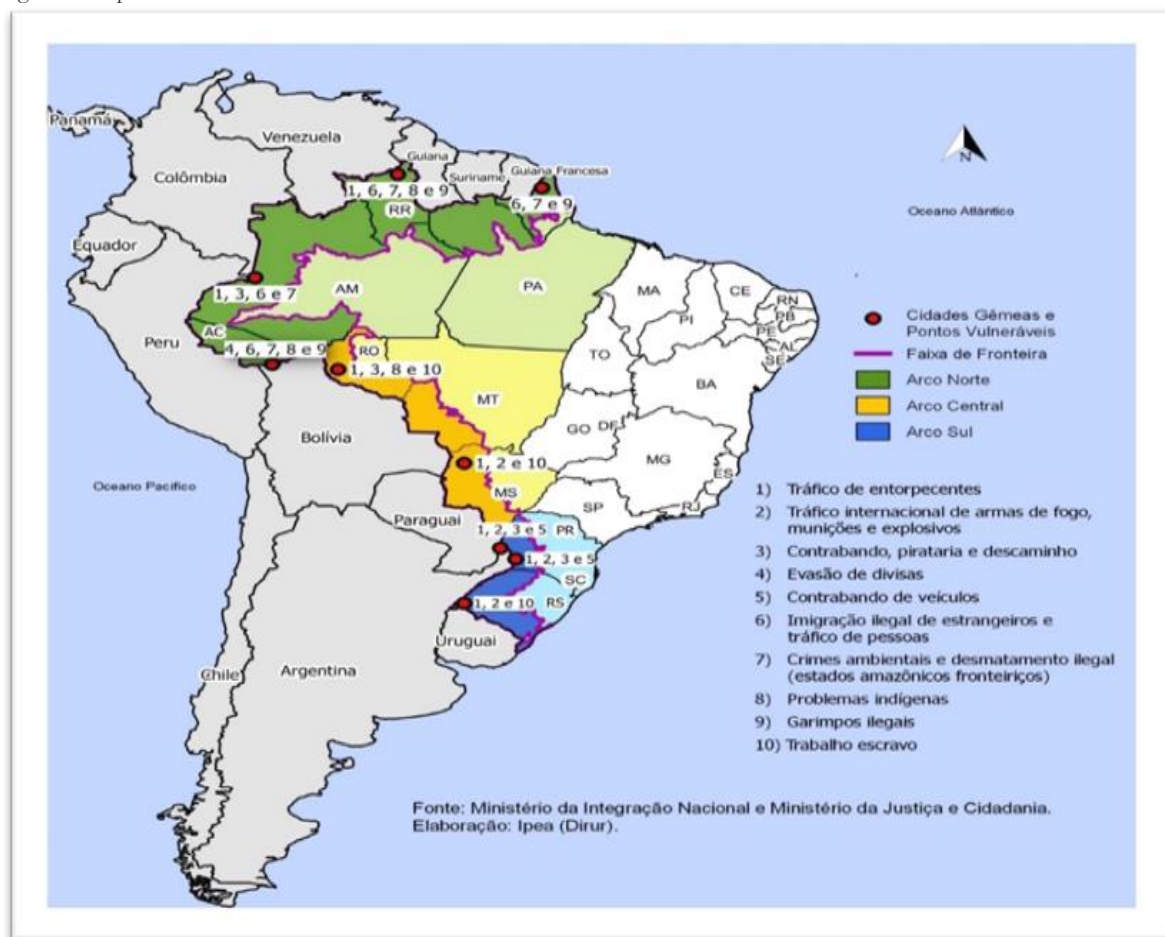
Nessa perspectiva, esses ilícitos transfronteiriços além de envolver a obtenção ilegal e o contrabando do ouro francês proporciona a devastação e degradação da floresta Amazônica, fazendo com que os brasileiros sejam vistos como criminosos internacionais, visto que a maioria mora no lado brasileiro e atuam de forma clandestina lado francês, movimento esse, que torna extremamente delicada a política externa entre Brasil e França.

Diversos são os fatores que contribuem para o cometimento de crimes, e isso pode inclusive ser entendido como um mecanismo de mobilidade social dentro de um grupo. Esta explicação é só uma das podem estar ligadas ao envolvimento de pessoas em atividades ilícitas, principalmente ao crime organizado. O fato é que o crime é um fenômeno social que vem crescendo a cada dia, sofisticando seus métodos e desafiando o Estado a se aperfeiçoar para combatê-lo.

Nesse sentido, entender quais os fatores que contribuem para o aumento da violência e do crime organizado, torna-se um desafio, visto que o crime é multifacetado e se adapta aos condicionantes de cada lugar. No caso concreto em estudo, a cidade de Oiapoque tem sua dinâmica fortemente atrelada à de Saint Georges pelo fato serem consideradas cidades gêmeas. Principalmente por terem atividades econômicas bastante reduzidas, limitadas ao comércio e serviços, e isso, pode ser um condicionante para o aumento da criminalidade.

De acordo com o mapa abaixo do Ministério da Integração Nacional e Ministério da Cidadania, as atividades ilícitas com maior predominância na fronteira franco-brasileira são as atividades 6, 7 e 9, ilustradas no mapa abaixo que são; imigração ilegal e tráfico de pessoas, crimes ambientais e garimpo ilegal. Mas uma coisa está ligada a outra, pois o garimpo ilegal provoca a imigração ilegal, o tráfico de pessoas para prostituição e os crimes ambientais como a degradação do ambiente de mineração, formando toda uma rede de atividades que se vinculam direta ou indiretamente impactando em todo contexto urbano formando novas territorialidades e conduzindo o modo de vida local.

Figura 3: Mapeamento de atividades ilícitas nas fronteiras brasileira.



Fonte: Ministério da Integração Nacional e Ministério da Cidadania. Elaboração IPEA.

2.3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

O cometimento de crimes, são ocasionados por diversos fatores, dentro desse contexto se discute o controle social e seus múltiplos aspectos da vida humana, todos relacionados com a vida na cidade. Dessa forma, para se entender a criminalidade nas áreas fronteiriças internacionais, deve-se analisar o lugar ou espaço geográfico e seus fenômenos de maneira local, mas nunca dissociando do contexto geral. Assim, se será dando ênfase a seguir em sub tópicos relacionados a retração do Estado e de sua presença no recorte espacial, a localização geográfica e estratégica do lugar, seus aspectos naturais, principalmente por possuir reservas minerais, entre outros.

2.3.1 Retração do estado e o aumento da violência

A Amazônia brasileira sempre foi uma região marcada pelo descaso e abandono do governo federal desde o início de seu processo de formação espacial, e o desenvolvimento da região amazônica como um todo sempre esteve atrelado a interesses de demandas externas, sem levar-se em consideração a população local. E isso trouxe um atraso no desenvolvimento eco-

nômico da região. E com isso trouxe também, mazelas sociais. No município de Oiapoque não é diferente e por ser uma região fronteira internacional esses problemas se agravam. A ausência de aparelhos e instituições e serviços estatais na região franco-brasileira, refletem diretamente no aumento da violência. Pois sem este aparato estatal, não é possível fazer controle migratório, não é possível fiscalizar atividades ilegais com eficiência, não é possível evitar crimes ambientais, entre outros. Pois o Estado tem o dever está presente em todo território nacional com sua estrutura plena.

2.3.2 Área periférica e estratégica como geradora de conflitos

Existe uma relação bastante contraditória em termos geográficos na fronteira franco-brasileira. Pois ao mesmo tempo que é vista como periferia é detentora de uma condição estratégica. Periferia porque as cidades que compõem a fronteira, estão longe dos centros de decisão política. E estratégica devido às novas relações comerciais entre os blocos europeu e sul-americano. Essa configuração de fronteira estabelecida “de periférico nacional para estratégico internacional, de fronteiro desconectado para articulado, de espaço de expansão para espaço de restrição, e nesse sentido, essa fronteira-rede interage para articulada globalmente” (PORTO, 2011, p.13). E com isso traz consigo também, os problemas como o crime organizado e a subjugação e marginalização da população de um país em relação ao outro. Pois na fronteira franco-brasileira, os franceses por se considerarem um povo de país desenvolvido e de melhor condição econômica rotulam os brasileiros. “As brasileiras são vistas como prostitutas e os brasileiros como vagabundos ou mão de obra para trabalhar em serviços mais pesados, de baixa qualificação”. (PORTO, 2011, p.12). Isso gera uma situação de conflito e discriminação, fazendo com que os brasileiros sejam tratados como pessoas inferiores, o que gera um sentimento de revolta e rivalidade entre as duas populações e que muitas vezes gera violência e morte.

2.3.3 Atividade de exploração mineral e a criminalidade

A fronteira Franco-brasileira concentra municípios com grande área territorial com poucos habitantes e uma grande disponibilidade de recursos naturais que inclui minerais como o ouro. Isso favorece os fluxos migratórios para os lugares de exploração mineral na Guiana, gerando novos povoados, vilas e até pequenas cidades, tanto do lado brasileiro, quanto do lado francês, produzindo socialmente novos lugares marcados pela ambição, intolerância e consequentemente a violência e a criminalidade.

(...) as regiões de fronteira caracterizam-se por intensa dinâmica demográfica, mobilidade social e difusão de ideias. Talvez por isso mesmo, são lugares marcados pela intolerância, pela ambição desenfreada e, consequentemente, pela violência. Mas, por outro lado, são também locais em que se verifica a elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento de um tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e prosperidade. Sob esse ponto de vista, isto é, pensadas como territórios que se redefinem continuamente, colocando em questão o que está estabelecido, as fronteiras são lugares onde podemos observar como as sociedades se formam, se reproduzem ou se desorganizam (COELHO e QUEIROZ, 2001, p. 123).

Assim, verifica-se que com a retração do aparato estatal tende aumentar a criminalidade, pois não é possível fazer controle migratório, fiscalizar atividades ilegais sem uma estrutura plena do Estado brasileiro, aliado a isso, o fato da fronteira Franco-brasileira ser área periférica e estratégica ao mesmo tempo, gera inúmeros conflitos por estar longe do centro de decisão política, principalmente por se tratar de uma área em que se explora a atividade mineral. Portanto, verifica-se que com a migração de pessoas surge uma nova dinâmica social na área de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Pois os garimpeiros brasileiros entram muitas vezes de forma ilegal em território guianense, gerando uma forte reação francesa contra os brasileiros que transitam em seu território, mesmo estando de forma legal, os brasileiros são tidos como de má índole.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As regiões de fronteiras pela sua importância geopolítica, estratégica e econômica são de fundamental importância para o Estado brasileiro. Pois são a porta de entrada e saída de pessoas e mercadorias de um país para o outro. Dessa maneira, as políticas públicas de segurança voltadas para as áreas de fronteira devem observar todo o contexto social, econômico e político, a qual o lugar é submetido. Pois o nível de desenvolvimento do lugar tende a determinar as atividades ilegais e a violência resultante na fronteira. As políticas de defesa e segurança devem buscar sempre o desenvolvimento socioeconômico e incorporar o pensamento de que a segurança e a defesa nas fronteiras passam também por ações busquem a melhor qualidade vida das pessoas, dessa forma as políticas de defesa e segurança para as fronteiras têm que ser políticas de estado e não de governo.

A descontinuidade dos programas institucionais direcionados às fronteiras, ao longo do tempo vêm passando por diversas alterações e reformulações de acordo com a conveniência de cada governo, e isso gera, pouca eficácia, devido atenderem a interesses pontuais de grupos políticos e econômicos em detrimento a sociedade. As políticas públicas voltadas às fronteiras internacionais devem envolver, além da cooperação internacional, programas permanentes de governo com debates que envolva a população local considerando sua cultura, sua economia e questões relacionadas ao desenvolvimento regional.

Os programas e políticas públicas direcionados às fronteiras devem constituírem-se em etapas que visem primeiramente estruturação da estratégia a ser adotada com todas as informações socioeconômicas e de criminalidade pertinentes à área geográfica e posteriormente promover a integração das instituições envolvidas para trabalhar de forma coordenada. Por fim, os projetos estratégicos devem ser ações práticas e permanentes por meio de programas que visem à integração entre os diversos órgãos das esferas federal, estadual e municipal de ambos os países fronteiriços, formando um sistema único que tenham como objetivo geral o desenvolvimento regional e sustentável, andando sempre em consonância com políticas de outras áreas como educação, saúde, emprego, habitação. Caso contrário, qualquer política pública que se queira implementar sem observar as problemáticas específicas de cada arco das fronteiras brasileiras serão ineficazes, ineficientes e ficam distantes de prevenir ou reprimir a criminalidade de forma satisfatória.

REFERÊNCIAS

- ABÍNZANO, R. C. **Antropología de los procesos transfronterizos: conocer y actuar en la región de fronteras**. Cuadernos de la Frontera, Posadas, año 1, n. 1, p. 1-44, mar. 2004.
- AMAPÁ. Governo do Estado do. “Amapá deflagra Operação Esforço Integrado na fronteira de Oiapoque”. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/3006/amapa-deflagra-operacao-esforco-integrado-na-fronteira-de-oiapoque>. Acesso em 26 de ago. de 2020.
- _____. Governo do Estado do. “Amapá e Guiana Francesa discutem cooperação tecnológica na fronteira”. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/0307/amapa-e-guiana-francesa-discutem-cooperacao-tecnologica-na-fronteira>. Acesso em 26 de ago. de 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado. DF.
- _____. Lei nº 6634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970. Senado. DF
- _____. Ministério da Integração Nacional. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília, 2005.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2012-2015: projeto de lei / Ministério do Planejamento. Brasília: MP, 2011.
- _____. Ministério da Justiça. **Segurança pública nas fronteiras, sumário executivo: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)** / organização, Alex Jorge das Neves ... [et al.]. --, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília. DF. 2016.
- COELHO, Mauro César; QUEIROZ, Jonas Marçal. 2001. **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**. Belém: UFPA/NAEA: Macapá: UNIFAP.
- MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidade, redes: Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. Artigo publicado In: M.L.Silveira (org.) Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Pg. 246-284, 2005.
- MACHADO, L; HAESBAERT, R; RIBEIRO, L. P; STEIMAN, R; PEITER, P; NOVAES, A. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual -metodológica. In: OLIVEIRA, T, C, M (org). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.
- PORTO. Jadson Luís Rebelo. **Reflexões Sobre a Condição Periférico-Estratégica da Fronteira Amapaense. Revista de Pós-Graduação em Geografia Para Onde? UFRGS**. v. 5, n. 2 Porto Alegre, RS, 2011.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999
- SILVA, G.V, e GRANGER, S. “Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016)”, **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, ano 18 nº 38, 2016, p. 27-50.
- SILVA, G.V, GRANGER, S. e TOURNEAU F.M. “Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016)”, **Mercator**, vol.18, Fortaleza, 2019.
- SILVA, G.V.; RÜCKERT, A.A. 2009. A fronteira Brasil-França, **Confins** [Online], 7. Posto online em 31 out. 2009.